



SINOPSE DOU SEÇÃO 1



Presidência da República

Advocacia-Geral da União

Portaria-Conjunta **Nº 13, de 19 de agosto de 2019**, que “Disciplina a aplicação do art. 19-C da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, no âmbito da delegação prevista no inc. II do § 3º do art. 16 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007” (A Lei 10.522 dispõe sobre o CADIN. Já a Lei 11.457, versa sobre Administração Tributária Federal).

Ministério da Cidadania

Gabinete do Ministro

Portaria **Nº 1.587, de 22 de agosto de 2019**, que “Dispõe sobre o parcelamento administrativo de débitos junto ao Ministério da Cidadania e dá outras providências”.

Ministério da Economia

Secretaria Especial de
Previdência e Trabalho

Instruções Normativas **Nº 1, de 21 de dezembro de 2018**, que “Dispõe sobre a estrutura e elementos mínimos da base cadastral dos beneficiários dos regimes próprios de previdência social (RPPS) utilizada nas avaliações atuariais desses regimes e o seu encaminhamento à Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda”.

Obs.: Publicada no DOU de 28/12/2018.

Nº 2, de 21 de dezembro de 2018, que “Dispõe sobre a forma de apuração da duração do passivo e da taxa de juros parâmetro a serem utilizados nas avaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)”.

Obs.: Publicada no DOU de 28/12/2018.

Nº 3, de 21 de dezembro de 2018, que “Dispõe sobre a estrutura e os elementos mínimos dos fluxos atuariais elaborados nas avaliações atuariais anuais dos regimes próprios de previdência social (RPPS) e o seu encaminhamento à Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda”.

Obs.: Publicada no DOU de 28/12/2018.



Nº 4, de 21 de dezembro de 2018, que “Dispõe sobre os métodos de financiamento a serem utilizados nas avaliações atuariais dos regimes próprios de previdência social (RPPS)”.

Obs.: Publicada no DOU de 28/12/2018.

Nº 5, de 21 de dezembro de 2018, que “Dispõe sobre a estrutura e os elementos mínimos da Nota Técnica Atuarial dos regimes próprios de previdência social e o seu encaminhamento à Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda”.

Obs.: Publicada no DOU de 28/12/2018.

Nº 7, de 21 de dezembro de 2018, que “Dispõe sobre os planos de amortização do déficit atuarial dos regimes próprios de previdência social (RPPS)”.

Obs.: Publicada no DOU de 28/12/2018.

Nº 8, de 21 de dezembro de 2018, que “Dispõe sobre a estrutura e os elementos mínimos do Relatório da Avaliação Atuarial dos regimes próprios de previdência social e o seu encaminhamento à Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda”.

Obs.: Publicada no DOU de 28/12/2018.

Nº 10, de 21 de dezembro de 2018, que “Dispõe sobre a demonstração da adequação do plano de custeio do regime próprio de previdência social (RPPS) à capacidade orçamentária, financeira e fiscal do ente federativo”.

Obs.: Publicada no DOU de 28/12/2018.

Nº 1, de 23 de agosto de 2019, que “Dispõe sobre as diretrizes para definição do porte e perfil de risco atuarial dos regimes próprios de previdência social (RPPS) para aplicação de regime diferenciado dos parâmetros de atuária”.

Instituto Nacional de
Metrologia, Qualidade e
Tecnologia

Portaria **Nº 389, de 15 de agosto de 2019,** que “Aprova o aperfeiçoamento do Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Dispositivos de Transposição de Fronteira”.
